

# Derzi assume defesa da prorrogação de mandato

AGÊNCIA ESTADO

O líder do governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS), defendeu ontem, em Brasília, a prorrogação das eleições municipais para 1989, coincidindo com a eleição presidencial, e criticou os parlamentares que concordam com esse ponto de vista "mas não têm coragem de assumir". Para o senador, "o País não vai agüentar tantas eleições", e o correto seria a Constituinte aprovar eleições gerais em 89, coincidindo com as renovações das prefeituras, assembleias municipais e estaduais, o Congresso Nacional e, por fim, a Presidência da República. No entanto, Saldanha Derzi não vê condições para aprovar a emenda que trata do assunto no plenário devido à atitude das principais lideranças do PMDB, contrárias à prorrogação de qualquer mandato.

Os deputados Aloísio Vasconcelos (PMDB-MG), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Adilson Mota (PDS-RS) e Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE)

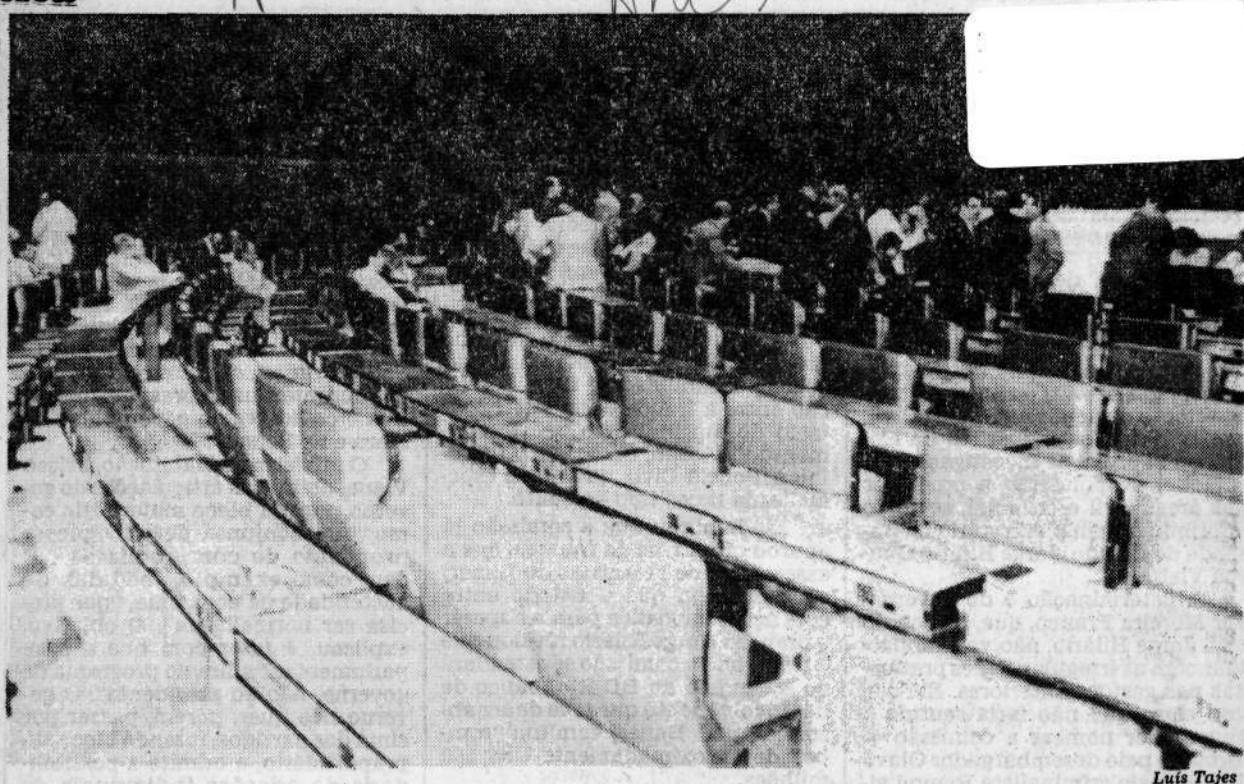
vão apresentar hoje na Câmara projeto de lei que regulamenta o processo das eleições municipais deste ano, numa tentativa de evitar a prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores.

O deputado Aloísio Vasconcelos adiantou ontem, em Belo Horizonte, que a proposta impede qualquer artifício legal que, em sua opinião, estaria sendo preparado por "moderados e conservadores da Constituinte, visando ao adiamento das eleições municipais". Segundo ele, a tese do adiamento das eleições "ganhou força após as votações que mantiveram o sistema presidencialista de governo e fixaram em cinco anos os mandatos dos futuros presidentes da República". O deputado desafiou os defensores da prorrogação dos mandatos a se apresentarem publicamente e disse que eles "demonstram falta de escrupulo quando dizem que a não-realização de eleições municipais este ano representará economia para o País".

"Sou contra a prorrogação de mandatos: as eleições municipais terão de se realizar a 15 de novembro", garantiu ontem, em Brasília, o primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional Constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE). O senador explicou que deverá submeter ao Senado, nas próximas 48 horas, projeto de lei dirimindo algumas dúvidas sobre a realização das eleições de 15 de novembro.

### REPÚDIO

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro encaminhou à Constituinte moção de protesto contra a tese do adiamento das eleições municipais. A moção destaca que o adiamento "é uma tentativa de, por métodos diferentes da intervenção militar, restaurar o sistema centralizador do País". Com essa moção, segundo explicações do deputado Milton Temer (PSB), idealizador do protesto, pretende-se abordar uma tentativa já lançada dentro da Constituinte.



Constituinte só ganha quórum depois do apelo de Ulysses: "Fiquem por amor de Deus"

## Destaque cai e impasse acaba

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Com a retirada do destaque de votação em separado pelo deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL) foi superado ontem o impasse em relação ao quórum para a aprovação de moção de censura a ministros, que permanecerá em dois terços, como prevê a emenda Humberto Lucena. Depois de duas reuniões entre presidencialistas e parlamentaristas, uma pela manhã e outra à tarde, os dois grupos resolveram aprovar, por acordo, oito alterações à emenda Lucena.

Para que o plenário da Constituinte tivesse quórum, Ulysses Guimarães teve que pedir "pelo amor de Deus" para que os parlamentares permanecessem em plenário. Eles permaneceram e a sessão teve 341 presentes, em seu momento máximo. O presidente da Constituinte deverá anunciar, nas próximas horas, providências contra os constituintes faltosos, conforme informou o segundo vice-presidente, senador Mauro Benevides.

Uma das principais alterações na emenda Lucena foi a supressão do inciso do Artigo 95 que dava competência ao presidente da República para determinar a realização do referendo popular.

Ficou decidido também que o presidente e o vice-presidente da República somente poderão tomar posse em sessão do Congresso Nacional e não mais perante o Supremo Tribunal Federal, como previa a

emenda Lucena, em caso de recesso parlamentar. Segundo Humberto Lucena, sua proposta visava diminuir os custos de convocação extraordinária do Congresso para dar posse ao presidente mas, como durante as discussões foi voto vencido, resolveu ceder.

Na primeira reunião, realizada no gabinete de Humberto Lucena, pela manhã, com a presença de Valdo Barbosa, Nelson Jobim, José Lins e Bonifácio Andradá, entre outros, não foi possível acertar todos os detalhes, porque o deputado Eduardo Bonfim não se encontrava e, conseqüentemente, não se teria a garantia da retirada da emenda.

Como a sessão foi iniciada sem acordo fechado, Ulysses Guimarães deu mais 20 minutos para que os líderes se entendessem e somente então foi acertada a retirada da emenda. Para tanto, ficou estabelecido que no segundo turno será apresentada emenda supressiva estabelecendo que vagando os cargos de presidente e vice-presidente será realizada eleição 90 dias depois de aberta a última vaga, e que ocorrendo a vacância no último ano do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita 30 dias depois da última vaga pelo Congresso Nacional. A emenda Lucena prevê que a eleição pelo Congresso deverá ocorrer quando houver vacância nos últimos dois anos do período presidencial.

Um dos pontos polêmicos do acordo foi em relação ao Artigo 95A. Ele estabelecia que uma vez em ca-

da sessão legislativa após o primeiro ano de governo o presidente da República poderá submeter ao Congresso Nacional medidas legislativas que considere programáticas e de relevante interesse nacional. Com o acerto, foi suprimida a expressão "após o primeiro ano de governo", e todo o parágrafo único que dizia que "o Congresso Nacional, em sessão conjunta, apreciará as medidas programáticas no prazo de 30 dias, deliberando pela maioria de seus membros".

Outra alteração substancial no projeto presidencialista foi no inciso que trata da permissão pelo Congresso Nacional para que forças estrangeiras transitem pelo território nacional. O novo texto estabelece que será permitido em casos previstos em lei complementar que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.

### ESTUDANTES DE COLÉGIO INTERNO

"Só morto!", reagiu ontem o líder do governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS), diante da proposta, em exame pelo presidente da Constituinte, de convocar o suplente do parlamentar que faltar três vezes consecutivas. Além de não admitir ser substituído, Derzi acusou Ulysses de tratar os constituintes "como estudantes de colégio interno".

A íntegra das matérias aprovadas ontem pela Constituinte está na página 40

## Anúncio pode custar candidatura de Sílvio

Um anúncio de página inteira, publicado na edição de ontem dos principais jornais paulistas, pode custar a inelegibilidade do animador Sílvio Santos. Embora sem mencionar o PFL, o anúncio era uma chamada para o programa eleitoral gratuito que o partido levou ao ar, também ontem, em cadeia nacional de rádio e televisão. Segundo especialistas em legislação eleitoral, trata-se de propaganda política irregular que pode configurar abuso do poder econômico e, portanto, impedir a candidatura de Sílvio à Prefeitura de São Paulo.

O procurador regional da Justiça Eleitoral, Antônio Carlos Mendes, também estranhou o anúncio e garantiu que vai estudar as publicações para saber se elas realmente ferem a legislação. Ele explicou que, por lei, todo gasto com campanha política e eleitoral deve ser feita pelos partidos e sob a sua responsabilidade. "Se ficar provado que houve propaganda do animador Sílvio Santos e que o SBT pagou pelo anúncio, há realmente a possibilidade de ação penal e até a inelegibilidade do candidato, por abuso do poder econômico", explicou.

### SEM POLÍTICA

O programa do PFL, produzido pela empresa TV 1, limitou-se a uma

discussão sobre a crise econômica brasileira e a apresentar as propostas do partido para sair dela: basicamente através do desenvolvimento econômico e da livre-iniciativa. A questão política foi tratada apenas pelo senador Marco Maciel, presidente do PFL, mas ainda assim dentro de uma abordagem ampla. Para ele, por exemplo, a crise econômica também é política porque faltam projetos para o País. Portanto, acredita, o PFL está cumprindo seu papel político ao apresentar uma proposta econômica para o Brasil sair da crise.

Sílvio Santos é apresentado como empresário, ao lado de Cláudio Bardella e economistas como Mário Henrique Simonsen. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, também participa do programa, embora não seja filiado ao PFL. O deputado Manoel Castro (PFL-BA) explicou, durante uma exibição prévia do programa, feita no sábado, que a idéia foi reunir os pontos convergentes do partido, que são justamente a sua proposta liberal. "As questões políticas nem sempre são consensuais. Além disso, a indefinição de alguns temas na Constituinte tornava difícil fazer um programa a ser gravado com antecedência", argumentou.

## Animador fica com Sarney 25 minutos

"Não falo mais de política porque não sou político. Só serei quando for democraticamente eleito candidato à prefeitura de São Paulo na convenção do PFL", afirmou ontem em Brasília o empresário e animador de TV Sílvio Santos, ao sair de uma audiência de 25 minutos com o presidente Sarney. Sem gravata — uma desconfiança proibida pelo cerimonial do Planalto — Sílvio negou-se a revelar o teor da conversa. "Seria desleal", disse. "Isso vocês devem perguntar a ele." Depois explicou: "Pedi audiência na condição de empresário, não de político".

Várias vezes, depois, Sílvio afirmou que é "um homem de televisão", e que só acreditará na possibilidade de ser candidato a prefeito de São Paulo quando a convenção do PFL decidir. Ainda assim, disse, poderá ou não aceitar a candidatura.

"Não consegui ainda ser um animador perfeito, e só agora estou pensando nisso. A política vem depois", acrescentou o animador, comentando o problema de saúde que o tem mantido fora do palco. Sobre o processo que está correndo na Justiça Eleitoral contra a sua campanha, feita pela TV, Sílvio Santos saiu por uma tangente: "Não entendi disso", desconversou. "Só sei fazer campanha publicitária da minha empresa."

## Para Maurílio, Cabral já não pode ser relator

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Em discurso pronunciado ontem na sessão da Câmara e, à tarde, na sessão da Constituinte, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) afirmou que o deputado Bernardo Cabral está "eticamente impedido de continuar como relator da Constituinte".

O relator, que era declaradamente parlamentarista, não se conforma, segundo Maurílio Ferreira Lima, com a opção que a maioria dos constituintes fez pelo presidencialismo. "Ainda agora, numa entrevista que concedeu ao Diário de Pernambuco, ele atacou a Constituinte", disse Maurílio.

"Nesta casa — acrescentou — há duas pessoas que não podem criticar as decisões da Constituinte. Uma é o dr. Ulysses Guimarães. Se ele quiser discordar, que desça da dignidade do seu cargo de presidente e venha para o plenário, como nós, dizer o que pensa. A outra é o relator. Ele tem por obrigação defender as decisões tomadas pelo plenário."

Segundo Maurílio Ferreira Lima, muita gente na Constituinte fi-

cou traumatizada com a decisão em favor do presidencialismo. Havia vários candidatos a primeiro-ministro e a ministro no gabinete parlamentarista. De uma hora para outra, todos viraram "viúvas" do parlamentarismo, disse. "A Constituinte tornou-se uma bola murcha. E agora estão diariamente na imprensa a divulgar inverdades sobre a decisão. Dizem que a emenda presidencialista não é boa. Desafio qualquer um aqui, quaisquer dessas "viúvas", a mostrar o que está tecnicamente incorreto na emenda".

### "DIREITO DEMOCRÁTICO"

Já o deputado Bernardo Cabral afirmou ontem que considera um "direito democrático" o deputado Maurílio Ferreira Lima questionar a sua permanência no cargo de relator da Constituinte, depois das críticas que fez à manutenção do sistema presidencialista. Ele não reiterou nem desmentiu os termos da entrevista que concedeu ao jornal pernambucano neste fim de semana.

Maurílio Ferreira Lima criticou, ainda, o relator adjunto José Fogaça (PMDB-RS) por haver declarado a um jornal de Brasília que "a Constituinte é uma casa de vendidos".

## Sinopse da EBN omite nota contra ela mesma

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A Empresa Brasileira de Notícias (EBN) distribui para os ministros e para o presidente Sarney ler antes de seu café da manhã uma sinopse com as principais notícias publicadas no dia pela imprensa e comentários da televisão. Ontem, a sinopse fez a mesma coisa, só esquecendo de divulgar uma nota da seção "Radar" da revista Veja, em que a EBN é acusada de omitir, na semana anterior, a manchete do Jornal do Brasil sobre a ameaça de golpe que teria atingido a Constituinte antes da votação do regime de governo e do mandato dos futuros presidentes.

O relatório de ontem deu apenas quatro títulos internos publicados pela Veja, deixando de mencionar a "Ajuda do céu", em que a revista, num artigo de mais de uma página, conta a atuação do frei exorcista Inocêncio Pereira de Souza, durante sessão de orações no Planalto. O padre ainda aconselhou a família Sarney a borrifar regularmente o palácio com água benta.

Nada também sobre o título "Coronel foi caroneado na hora da promoção". Nele Veja conta que Sarney não promoveu o coronel Hermann Cavalcante Suruagy, "do no de um currículo excepcional", nem o coronel José Luiz Sávio Costa, ex-chefe da 2ª seção do Comando Militar do Planalto. Ele foi o responsável pela solução do caso do assassinato do jornalista Mário Eugênio,

do Correio Braziliense, por integrantes do Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército.

Ao mesmo tempo, a sinopse reproduz sete títulos internos da revista Isto É, incluindo um sobre "O furor adolescente da titamania", que fala do "sucesso do rock rebelde". A Veja havia denunciado que a sinopse da EBN não mencionou a notícia sobre a ameaça de golpe dada pelo Jornal do Brasil por ordem de seu presidente, Getúlio Bittencourt.

Chama atenção também na sinopse de ontem da EBN o fato de que, das 30 notas publicadas na coluna "Carlos Swann" em O Globo, muitas com conotações políticas importantes, foi divulgada apenas uma que fala da inauguração, em maio, com a presença de Sarney, da nova sede da Academia Mineira de Letras.

Há ainda vários títulos e resumo de notícias de jornais como Correio do Povo, de Porto Alegre, O Estado de Santa Catarina, ou a Gazeta do Povo, do Paraná, sem menção ao Jornal da Tarde, que trouxe o noticiário sobre a CPI da corrupção e quando os ex-ministros devem ser ouvidos e as acusações contra o secretário do presidente, Jorge Murad. Há, entretanto, um resumo do GP do Brasil publicado no Correio Braziliense sob o título "Senna luta muito, mas só Piquet marca pontos". Ou então, um resumo de 13 linhas da Gazeta do Povo, sobre a intranquilidade vivida pelos supermercados curitibanos.